



Oferecer ao olhar: sobre a singularidade e o interesse para o turismo cultural do património azulejar português

João Manuel Mimoso ¹, Alexandre Nobre Pais ²

¹ Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa (jmimoso@lnec.pt)

² Museu Nacional do Azulejo, Lisboa

Palavras-chave: Azulejos; turismo cultural; impacto económico do património; sociedade pós-industrial.

Sumário: Aponta-se o valor do azulejo português enquanto património e o impacto económico para as localidades onde existem conjuntos notáveis que poderia advir da sua gestão enquanto motivador do turismo cultural.

1. INTRODUÇÃO

Ao rever o património cultural português através das classificações da UNESCO facilmente se conclui que, sem menosprezar o valor de monumentos como os Mosteiros da Batalha, dos Jerónimos ou de Alcobaça, as singularidades nacionais são melhor afirmadas através de conjuntos urbanos, como o centro histórico de Évora, que não podem realmente ser comparados com bens culturais afins existentes noutros países. Sob o ponto de vista do valor enquanto pólo de atracção do turismo cultural, as singularidades nacionais são, por isso, de particular valor potencial. Entre estas o azulejo português é seguramente uma das contribuições mais originais, senão a mais original, de Portugal para o Mundo.

2. O VALOR TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO

O Riksantikvaren norueguês (Direcção-Geral do Património Cultural) publicou em 2003 um interessante estudo sobre o valor do património num contexto pós industrial [1]. De entre as conclusões dignas de nota destaca-se: que o turismo movido pela herança cultural europeia gera uma receita em bens e serviços que ascende a € 335 mil milhões anuais; sendo um sector que assegura emprego a mais de oito milhões de pessoas na Europa; e que os investimentos na conservação e restauro do património com interesse turístico geram um retorno superior ao de qualquer outro tipo de investimento. Outras constatações igualmente significativas talvez sejam que num local de turismo cultural apenas entre 6 e 10% dos gastos dos visitantes revertem directamente para as entidades gestoras dos bens culturais (bilhetes de entrada, guias, vendas nas lojas dedicadas) fluindo o restante gasto para os serviços locais tais como restauração, dormidas e transportes. Por outro lado, apenas 10 a 15% dos empregos gerados num local de turismo cultural são directamente imputáveis à gestão e exploração do bem turístico.

Um estudo dedicado ao impacto económico do património cultural de Belém concluiu, por exemplo, que o impacto económico do turismo nessa zona de Lisboa só revertia em 13,27% para as atracções culturais propriamente ditas revertendo a quase a totalidade do restante para a restauração (61,35%) e para o comércio (19,92%) [2].

3. A SINGULARIDADE E O INTERESSE DA AZULEJARIA PORTUGUESA

Desde o início, com as importações sevillhanas de azulejos de corda seca ou aresta, onde se destacam as encomendas de heráldica do rei D. Manuel I, do Duque de Bragança, D. Jaime, e do Bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida [3], observa-se uma integração cenográfica dos padrões, construindo arquitecturas, desconhecida no seu país de origem. Quando, em 1581, Filipe II de Espanha foi coroado rei de Portugal, os azulejos não eram, portanto, desconhecidos no País, havendo mesmo fabricação própria, tal como a havia noutros países. No entanto, o azulejo conheceu uma expansão inaudita em Portugal, talvez motivada pela circunstância de

Lisboa ter deixado de ser a sede de uma corte real, o que provocou a dispersão da nobreza pelos seus domínios [3]. Sem o afluxo de donativos a que se habituara, a Igreja recorreu a revestimentos alternativos aos panos e bordados orientais: azulejos mais baratos, duráveis e com uma capacidade decorativa até então desconhecida. Quando, no último quartel do século XVII, foi reconhecida a independência de Portugal, o País pôde novamente desfrutar dos benefícios da prosperidade. Então os azulejos tinham já garantido um lugar insubstituível nas paredes dos edifícios civis e religiosos, onde se expandiram a partir dos silhares até cobrirem todas as áreas parietais, e por vezes, até as abóbadas, com decorações geométricas de inspiração diversa, imagens religiosas ou profanas, fingidos arquitecturais e relatos históricos ou míticos.

O período entre cerca de 1690 e cerca de 1725, denominado “Ciclo dos Mestres” [4] distinguiu-se por um apogeu artístico na decoração dos azulejos a par de um aperfeiçoamento da sua integração arquitectónica que nos legaram exemplos magistrais e surpreendentes, por vezes adornando as paredes de igrejas locais ou de sacristias que apenas os visitantes mais determinados ocasionalmente encontram.

4. O POTENCIAL DO AZULEJO ENQUANTO MOTIVADOR DO TURISMO CULTURAL

Escolhendo uma pequena cidade do interior como Portalegre e identificando como hipotético tema de uma visita o património azulejar, reconhecem-se imediatamente os seguintes focos de interesse (escolhendo apenas os locais facilmente acessíveis): na Sé, além do revestimento da nave, encontra-se na sacristia (apenas acessível a pedido) um belo revestimento integrado da autoria de Oliveira Bernardes, na Igreja de São Lourenço (aberta a partir de cerca das 17.30h) o revestimento integral da nave, datável do século XVII; e no Convento de Nossa Senhora da Conceição (agora escola da GNR e facilmente acessível a pedido) os notáveis painéis joaninos. É claro que os revestimentos azulejares são apenas um dos aspectos de interesse nas igrejas, tal como estas constituiriam apenas uma das facetas de uma proposta turística mais alargada.

A menos de uma hora de viagem encontram-se outros patrimónios azulejares (e não só!) notáveis em Estremoz, Vila Viçosa, Castelo de Vide... Um pouco mais além, Beja encerra tesouros incomparáveis e até a pequena vila de Moura recompensa largamente o visitante. Muitas das igrejas encontram-se permanentemente encerradas, outras abrem apenas ao final da tarde para a missa. Algumas serão abertas a pedido (número de telefone na porta)... Noutras é proibida a fotografia, mesmo sem flash e mesmo em locais não adstritos ao culto, imitando uma prática inexplicável iniciada em alguns museus nacionais e municipais. Inútil será dizer que sem uma estratégia concertada visando o turismo cultural, esse património continuará vedado ao olhar e até ao conhecimento dos locais. Dizia-nos um natural de Arraiolos a quem gabávamos os azulejos da Igreja da Misericórdia local, que nunca sequer a vira aberta.

Futuramente proporemos um projecto visando um levantamento direccionado do património azulejar existente em áreas seleccionadas do interior do País e um esquema para o devolver ao orgulho dos locais e à admiração dos visitantes, em particular através do estabelecimento de rotas temáticas de turismo cultural, contribuindo para o desenvolvimento local numa base sustentável.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] Nypan, T. – *Cultural heritage monuments and historic buildings as value generators in a post-industrial economy, with emphasis on exploring the role of the sector as economic driver*, Ed. Riksantikvaren, Oslo, 2005, 17 p.
- [2] Carvalho, J. & Lamas, A. – *The Monastery of Jeronimos: an integrated approach between building and territory*. In Proc. Int. Seminar Theory and Practice in Conservation, LNEC, Lisbon, 2006, pp251-260.
- [3] Meco, J. – *O azulejo em Portugal*. Publicações Alfa, Lisboa, 1993, 256 p.
- [4] Santos Simões, J.M. – *Azulejaria em Portugal no séc. XVIII*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979.